
ESCOLA SEM PARTIDO: PROBLEMÁTICAS E IMPLICAÇÕES

SCHOOL WITHOUT PARTY: PROBLEMS AND IMPLICATIONS

Stephane Fernandez Giappichini ²⁹

Gilson Xavier de Azevedo ³⁰

RESUMO

O objetivo do trabalho é promover uma revisão bibliográfica sobre a questão da Escola sem Partido. Tratando do que é, do que se trata o programa e qual sua finalidade, necessidade, importância e/ou conveniência e se esses quesitos são pertinentes ao tema. Justifica-se este estudo dadas as muitas discussões acompanhadas em instituições de ensino e dada à falta de informação dessas sobre o tema. O problema em questão é qual a ideologia e intencionalidade presente nesse programa. Trabalhando a hipótese de que esse programa seja mais um dos instrumentos utilizados pelos governantes para condicionar os estudantes, futuros cidadãos, trabalhadores a seres incapazes de expressar senso crítico, insatisfação e contestação, condicionados ao conformismo e a alienação. Será realizada uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, onde as ideias de autores investigados propiciaram um clareamento compreensivo do tema. Espera-se por resultado, a disseminação de debates que ampliem o entendimento de alunos e docentes sobre tal problemática.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Escola sem partido.

ABSTRACT

The objective of the work is to promote a bibliographical review on the issue of the School without Party. Dealing with what it is, what the program is about and what its purpose, need, importance and / or convenience is, and whether these are relevant to the topic. This study is justified given the many discussions carried out in educational institutions and given the lack of information on these subjects. The problem in question is the ideology and intentionality present in this program. Working on the hypothesis that this program is one of the instruments used by the rulers to condition students, future citizens, workers to be incapable of expressing critical sense, dissatisfaction and contestation, conditioned to conformism and alienation. An exploratory bibliographic research will be carried out, where the ideas of the authors investigated provided a comprehensive clarification of the theme. As a result, the dissemination of debates that broaden the understanding of students and teachers about this problem is expected.

Key-words: Education. Public policy. School without party.

²⁹ Pós-graduanda em Gestão e docência do Ensino Superior pela UEG de Mineiros, Goiás (stefane_giappichini@hotmail.com).

³⁰ (Orientador) Graduado em Filosofia pela FAEME (2007), Ph.D. em Educação pela PUC GO (2020) (gilson.azevedo@ueg.br).

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar, a escola e o ensino em si, sempre foram alvos de atenção das políticas públicas e de reflexão da sociedade em geral. Na verdade, todas as pessoas se acham no direito de dar opinião sobre como deve ser e funcionar a escola. Talvez porque é uma instituição que agrega culturas e identidades diversas, e essa “diversidade” sua principal característica, pois é aí que convivem e confrontam as diferenças. E, além disso, e principalmente, envolve “a família”, objeto de interesse em vários âmbitos político/sociais. Sobre essa instituição, Carvalho e Almeida, acrescentam: “Ainda que determinados fenômenos venham suscitando alguns questionamentos sobre a centralidade e o futuro da família nas sociedades contemporâneas, suas responsabilidades e suas funções sociais não parecem ter perdido a relevância, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos que não chegaram a estabelecer um Estado de Bem-Estar e um sistema de políticas sociais, mais consistente, como é o caso do Brasil. Essas funções e responsabilidades seriam particularmente demandadas nas situações de adversidade” (CARVALHO; ALMEIDA, 2003, p. 109).

O “Escola sem partido” é um programa que acabou ganhando destaque em discussões e até na mídia, atuando em um contexto de extremismos políticos, ideológicos e religiosos existente no País e no mundo. As pessoas precisam se posicionar e tomar partido. Pois defendem sua verdade como absoluta, desprezando a verdade do outro. A proposta veio questionar a maneira como o professor atua em sala de aula sugerindo possivelmente mais uma forma de radicalismo.

A polêmica do programa está em afirmar que o professor em sala de aula deve ser imparcial. Ele deveria expor conteúdos e fatos sem indicar opinião. A justificativa dos mentores da proposta seria respeitar cada ser dentro de sua particularidade, sua cultura, sua origem, sua liberdade, individualidade, etc. Pois o contrário disso indica “doutrinação” o que em sala de aula, fere os direitos dos alunos e seus familiares segundo os defensores dessa ideia. Assim, o trabalho pretende explanar o assunto a fim de esclarecer pontos positivos e negativos referentes à proposta e o que pode estar por traz dessa movimentação.

Em tal contexto, o programa “Escola sem Partido” é um dos assuntos mais polêmicos da atualidade. Seu projeto se baseia na proibição da chamada doutrinação em sala de aula, onde o professor segundo a proposta, abusa, da sua posição para formar a sua própria opinião em seus ouvintes. Teve início em âmbito municipal, mas ganhou força e significância nacional quando apresentado ao Congresso como projeto de lei.

Entre as opiniões de estudiosos e dos mentores do projeto existem muitas questões a serem abordadas como relevantes. Em torno dessas questões, o contexto das políticas públicas e o histórico nacional atual devem ser observados, além de identificar “quem são” os que apóiam e “quem são” os que se opõem. São análises necessárias para que possamos entender o motivo desse projeto adquirir força nesse momento e entender o que pode estar nas entrelinhas levando em consideração o momento político que o país vive.

O tema “Escola sem Partido” tem ganhado repercussão significativa depois de ser aprovado em alguns municípios e principalmente depois de ser apresentado ao Congresso Nacional como um anteprojeto de lei.

Ele tornou uma preocupação nas escolas e na sociedade em geral uma incógnita, pois não é entendido com clareza sua real importância e objetivo. Não se sabe o que esse programa vem estabelecer ou o que vai mudar e como vai funcionar. Por ser um tema recente, é de suma importância que ele seja entendido, discutido e difundido, para que a partir daí as pessoas possam ter uma opinião em relação a ele.

Contudo, há uma insegurança em grande parte da população por não saber o que realmente representa, se é positivo ou não para a população. É isso que esse trabalho vai tentar esclarecer, o verdadeiro significado, o real objetivo, a quem vai beneficiar, enfim, qual o verdadeiro propósito, calar o professor por respeito à pluralidade ou censurá-lo e facilitar a dominação das massas.

Por trás das políticas públicas geralmente existe um interesse gerador maior. Com a atenção voltada para o tema em questão, poderá se transformar em informação esclarecedora para a sociedade sobre o assunto, afim de primeiramente anular a insegurança que se posiciona sobre o assunto representa para quem ainda não o compreende. Após, em discussão geral e saudável sem radicalismos e polarização e por último em atitude, para que a sociedade não permita ser manipulada, e que exija cidadania.

1 O PANORAMA HISTÓRICO

O “Programa Escola sem Partido” foi criado em 2003 por Miguel Nagib então, procurador do Estado de São Paulo. mas ganhou força em 2014 com Flávio Bolsonaro, deputado estadual no Rio de Janeiro que pediu a Nagib que escrevesse um anteprojeto de lei que foi apresentado no estado e depois adaptado a uma versão municipal e apresentado por Carlos Bolsonaro na Câmara dos vereadores do Rio de Janeiro. Mais tarde foi apresentado a Câmara dos Deputados pelo deputado Izalci Lucas (PSDB/DF), em 23/03/2015 como Projeto de Lei nº 867/2015, para a inclusão do programa às diretrizes e bases da educação nacional.

De acordo com Caio Zinet (2016), Nagib disponibilizou os anteprojotos em seu site e desde então deputados e vereadores, em sua grande maioria ligados a bancadas religiosas, começaram a propor leis em suas respectivas casas legislativas. Ainda segundo Zinet (2016), “o projeto já foi aprovado em ao menos três cidades, no estado de Alagoas e tramita em ao menos outros cinco estados e oito capitais”.

Como se pode perceber a repercussão deste texto tem ganhado grandes proporções e se tornou lei em alguns lugares do país. Portanto é importante que a população tenha conhecimento do que é realmente esse projeto e o que ele pretende determinar.

De acordo com o site do programa (2017), o projeto se trata de uma “iniciativa destinada a entrar para a história da educação em nosso país” e ainda de acordo com o site, “se a lei for aprovada pelo Parlamento brasileiro, a doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito

dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções estarão com os dias contados”.

Alguns especialistas em educação têm estudado o assunto e chegam a considerar, de acordo com Zinet (2016), absurdas as propostas do projeto do ponto de vista educativo, inconstitucional do ponto de vista jurídico, e uma forma de censurar professores que seriam proibidos de expressarem seus pontos de vista ou interpretações em sala de aula.

Criado pelos idealizadores do programa e divulgado no site oficial do mesmo, um cartaz (disposto em anexo) com o título “Deveres do professor”, ainda de acordo com o site, deveria ser anexado em todas as salas de ensino fundamental e médio. Nele são elencados seis deveres.



FIGURA 1: Cartaz para anexação nas salas de aulas- Programa Escola sem Partido

O primeiro dever determina “o professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferência ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”.

Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) até então estabelecidos enfatizavam, entre os objetivos do ensino, levar o aluno a “posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais [...]” (Brasil, 1998). Essa concepção de levar o aluno a ser crítico, exige do professor, “sair” do livro didático, dar exemplos práticos, citar acontecimentos, fazer comparações e talvez os exemplos sejam sim, pessoais. A questão é: quem vai julgar se o que o professor expõe em sala é tendencioso ou fere a ideologia de algum indivíduo ouvinte? Hoje se fala em reestruturar a Base Comum Curricular e em Reforma do Ensino Médio. Estamos vivendo um retrocesso educacional o que parece direcionar a educação a formação de pessoas para o mercado de trabalho e não mais intelectuais capazes de “posicionar-se de maneira crítica”.

No segundo dever contido no cartaz citado anteriormente “o professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas”, segue o padrão do primeiro dever em dizer que o docente em sala de aula deve ser separado do ser humano e de suas vivências contrapondo toda a teoria da Escola dos Annales a qual seguimos ainda hoje. Além disso, a sala de aula é um local de múltiplas culturas, falara que o professor não pode ser livre em expressar suas ideias, vai contra o Art. 206 § IV que defende o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

No quinto item do cartaz “o professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo suas próprias convicções”, defende uma neutralidade do professor em relação às ideologias de cada aluno. Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito a Educação em entrevista a Zinet (2016), trata o primeiro princípio “neutralidade” como impossível, e diz que “Não é possível (ser neutro) porque qualquer tema que se aborde leva um juízo de valor do professor, o que é importante. O que ele não pode fazer é limitar a aula a seu juízo de valor. Determinar a neutralidade política numa lei é um equívoco absoluto”. Ele exemplifica: “a forma de abordar nas aulas de História a redução da jornada de trabalho e a proibição do trabalho infantil”. Em uma aula de História, quando o professor aborda esses temas, mostrando-se favorável, já considero a existência de um juízo de valor. Paulo Freire dizia que os professores precisam apresentar suas leituras de mundo, mas não podem se limitar a elas.

É de conhecimento geral que o professor em sala de aula tem poder de formar opinião e alguns, usam da sua posição para impor a sua própria opinião ou ponto de vista para seus ouvintes. O argumento dos idealizadores do projeto é que isso pode ir contra principalmente os princípios familiares de algum indivíduo ali presente. No sexto item do cartaz “o professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula”, reafirma todos os cinco itens anteriores, porém, reafirmam também agressão ao § VI do Art. 206, gestão democrática do ensino público.

Como esse é um assunto bastante polêmico, a problemática principal está no fato de quem seria responsável por fiscalizar e julgar essas situações? Quem seria responsável por isso? Outro humano suscetível a erros e a julgamentos inapropriados ou tendenciosos? É bastante preocupante essa situação.

Seria preciso equipar as salas de aula com câmeras e colocar fiscais? Salas de aula no estilo “Big brother segurança máxima”, será mesmo isso que queremos nas nossas escolas? Ou mais e mais boletins de ocorrências.

Outra problemática foi abordada pelo filósofo, escritor e ensaísta, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, Luiz Felipe Pondé. Ele exemplifica uma situação afirmando que uma aula sobre a Teoria Evolucionista Darwinista poderia ser um problema se a lei entrar em vigência para aqueles que creem na Teoria da Criação. Se observarmos esse exemplo poderemos visualizar o quanto pode ser complexo esse tipo de situação já que a proposta diz no seu dever número 5 que diz: “O Professor respeitará os direitos dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que estejam de acordo com suas próprias convicções”.

O site oficial do programa traz os deveres do professor disponível em anexo (001) e afirma:

Esses deveres já existem, pois decorrem da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Isto significa que os professores já são obrigados a respeitá-los – embora muitos não o façam –, sob pena de ofender:

- a liberdade de consciência e de crença e a liberdade de aprender dos alunos (art. 5º, VI e VIII; e art. 206, II, da CF);
- o princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput, da CF);
- o pluralismo de ideias (art. 206, III, da CF); e o direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 12, IV).

O próprio site do programa mostra a já existência dessa regulamentação, o que leva a possibilidade de abordagens “por trás das entrelinhas”. Andrioli, em seu texto “As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo”, afirma que a conjuntura das políticas educacionais no Brasil ainda demonstra sua centralidade na hegemonia das idéias liberais sobre a sociedade e a intervenção de mecanismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, aliada à subserviência do governo brasileiro à economia mundial, repercute de maneira decisiva sobre a educação, mas que por outro lado, a escola continua sendo um espaço com grande potencial de reflexão crítica da realidade, com incidência sobre a cultura das pessoas. O ato educativo contribui na acumulação subjetiva de forças contrárias à dominação, apesar da exclusão social, característica do descaso com as políticas públicas na maioria dos governos.

Quando o autor aponta a realidade da educação no país, onde ainda se segue um modelo neoliberal sujeito as vontades dos órgãos internacionais a que o Brasil insiste em ser dependente, surge a dúvida sobre o real propósito do programa “Escola sem Partido”. Será que tal projeto quer mesmo que o professor estabeleça sua opinião sobre os alunos em respeito a cultura individual de cada aluno e a vontade dos pais ou será que a abordagem de assuntos polêmicos (por exemplo) que exigem posicionamentos e abordagens diversas significam a incitação de um ser crítico, pensante,

argumentador, contestador. E daí voltamos então no pensamento do autor que diz que a educação cria forças contrárias a dominação.

Leandro Karnal, professor Doutor na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desde 1996 em uma entrevista sobre o assunto para o programa Roda Viva realizada do dia 04/07/2016 e encontrada no site do youtube.com onde o estudioso afirma que o projeto Escola sem Partido é uma “asneira” sem tamanho, uma bobagem conservadora, coisa de gente que não é formada na área e deseja substituir uma ideologia forma em sala de aula por uma ideologia conservadora. Todo processo histórico tem opção política e ele diz que a demonização da política é a pior herança da Ditadura Militar que além de matar pessoas provocou um dano na educação que ainda vai se arrastar por algumas décadas.

Entre as opiniões sobre o assunto, a maioria dos que expõe opinião são contra o programa. O interessante nesse assunto foi que a educação tornou palco de discussão onde até quem nunca esteve em uma sala de aula pode se posicionar, aliás os maiores difusores da proposta nunca deram uma aula na vida. Os alunos das escolas atuais ainda sabem perceber o que é certo ou errado, o que é bom ou ruim, eles sabem se posicionar. O problema é que esses alunos são mais influenciados atualmente pela mídia de massa e pelas redes sociais do que pelos seus mestres. Assim a opinião deles sobre assuntos assim geralmente, com exceção de uma minoria está limitada ao senso comum, aquilo que todos sabem.

Através de uma abordagem profunda sobre qualquer assunto a que se tem somente o conhecimento do “senso comum”, pode-se além de entender mais sobre o que significa, representa ou propõe como também levar o indivíduo a mudar de opinião.

Trazendo o tema “Escola sem Partido” para sala de aula, o professor pode conseguir algumas conquistas importantes na função de formador de ser crítico e pensante. Em meio a tantas informações as políticas públicas as vezes são impostas, trazidas para as escolas e colocadas em vigor e alunos e pais nem se dão conta disso. As políticas públicas deveriam despertar interesse no que rotulamos como “futuro da nação”, já que são eles, crianças e jovens para quem são desenvolvidas principalmente as políticas públicas educacionais.

Além do incentivo do conhecimento às políticas, é importante que o aluno entenda que o seu conhecimento não deve ser igual ao de todos, baseado no senso comum, deve ser um conhecimento fundamentado em informação adquirida através da pesquisa, da fundamentação teórica. Abandonando o estado de acomodação e adquirindo um estado de esclarecimento que permite posicionamento crítico.

De acordo com Marx e Engels, a história, é a história da sociedade civil e não do Estado, porém, por meio desse tipo de política, o Estado por meio dos seus representantes atua no sentido de tornar a sociedade incapaz de reagir por sua alienação.

Analisando as ideias de Marx e Engels, onde a propriedade privada, responsável pelo capitalismo, divide a sociedade entre opressores e oprimidos, ou seja os que são possuidores da propriedade privada (burguês) e o que não possui propriedade privada (proletário). Eles ainda lembram que os primeiros são os que pensam e o restante os responsáveis pela mão de obra.

A população deve deixar a condição de não pensantes. Claro que não é isso que querem os detentores do poder. Povo sem informação, que não possuem conhecimento é mais fácil de dominar. Devemos enquanto população informada, impedir que a educação tome esse rumo. Ainda segundo os autores mencionados anteriormente, a história é a história da luta de classes, onde a explorada produz a transformação. De acordo com eles, a sociedade civil é quem cria o Estado. Ela é o verdadeiro lar e cenário da história. De acordo com o provérbio Taoista (199), “Quanto mais instruído o povo, tanto mais difícil de o governar”. Bertolt (19--) completa dizendo:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, [...] é tão burro que se orgulha e incha o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio dos exploradores do povo (BERTOLT [19--])

A tentativa de manipular a população, de controlar e manter o povo submisso e inativo é, portanto, uma prática antiga. São muitos os momentos a que podemos citar nesse sentido. Como um clássico da história, vamos mencionar então o “Pão e circo” romano onde se oferecia entretenimento à população do Império, lutas entre animais e gladiadores principalmente e era dado pão e cereais assegurando o controle da população e a popularidade do imperador. Segundo Bruscatto (2015), essa política “pão e circo” pode ser vista ainda hoje em várias situações nos cenários nacional e internacional por meio de eventos esportivos, programas televisivos, notícias sensacionalistas, e tantos outros tipos de “atrações” para a população são visíveis a olhares dos esclarecidos.

É possível perceber que o próprio sentimento de superioridade, faz com até nações submetam outras ao seu domínio. Temos como exemplo a colonização da África e Ásia pelos europeus que se denominavam ser uma raça superior, mais evoluída e por isso em condições de dominar, explorar povos e territórios. No mesmo sentido, temos a sutil imposição cultural durante o período da Guerra Fria do “American Way of life”, jeito americano de viver, que perdura até os dias de hoje.

Poderíamos citar os regimes totalitaristas como exemplo, estaríamos nos referindo à utilização da força militar como meio de controle, porém não devemos ignorar que parte da população em regimes autoritários como o caso da Ditadura Militar no Brasil, era apoiadora de todos os métodos e atrocidades desumanos utilizados durante esse período, pois eram seduzidos pelo discurso de manter a ordem no país. As atitudes de protesto contra o regime, tomadas por alguns membros da sociedade, eram consideradas subversivas, as pessoas eram obrigadas a submeterem a todos os abusos e agressões estabelecidos pelos Atos Institucionais que anulavam os direitos do povo. De acordo com Vicentino e Vicentino, a Lei de Anistia de 1979 foi uma conquista das crescentes críticas à violência repressiva do Estado.

Atitudes agressivas e repressoras de dominadores causam revoltas, nesse sentido se tornam “o motor da história” como defendiam Marx e Engels, certamente. O povo luta contra a situação de

exploração que é evidente e visível. Porém, os detentores do poder atuais usam de estratégias não evidentes e invisíveis aos menos esclarecidos. Articulam as decisões políticas usando seu poder, produzindo políticas que favorecem seus próprios cargos e salários, que prejudicam a população e que a tornam ignorante e mais fácil de dominar.

Talvez o Programa Escola sem Partido se torne lei, se isso acontecer, que seja com o aval de um povo que saiba opinar. Não podemos enquanto cidadãos fechar os olhos e simplesmente assistir a construção do nosso futuro nas mãos de poucos poderosos que muitas vezes nem sabem como é a realidade vista do lado de baixo da pirâmide. E se a dedicação dos nossos representantes na educação fosse direcionada na devida capacitação, reciclagem, valorização e remuneração dos profissionais que já colaboram na tentativa de formar cidadãos melhores e mais instruídos. Será que essa não seria de tentar regulamentar a educação? Fica a pergunta para os críticos e não críticos refletirem.

Os problemas de sala de aula apontados pelo programa despertam o desejo de tornar lei, condutas que até o momento podem apenas ser consideradas antiéticas no exercício da função docente. Professor que atua em escolas, com a devida formação, tem em sua vida acadêmica formação que lhes direcionam na conduta ética. As liberdades garantidas na Constituição Federal não excluem profissionais no exercício da função. O que regularizará isso será o código de conduta ética de cada profissão.

As ideias defendidas pelo projeto rotulam o profissional como doutrinador como se ele tivesse agindo contra seus alunos. Esses profissionais passam em seu dia-a-dia por muitas dificuldades e obstáculos tendo por muitas vezes riscos a sua própria integridade.

As preocupações com a educação deve ser foco de discussão pelos políticos, pensadores e intelectuais, até porque são muitos os problemas. E é com certeza um ramo da sociedade de extrema importância já que forma cidadãos desde a infância.

A preocupação do governo do País, no entanto é direcionada para como será formado um povo que trabalha, produz, mas que, portanto, não incomoda, não contesta, que aceita as regras, as leis, as imposições, os impostos, a corrupção, a exploração, etc. Enquanto o governo se preocupa em normatizar regras para obrigar o professor a ler a cartilha que o próprio governo oferece, o povo assiste e talvez até aplauda, acreditando ter seus direitos preservados, acreditando que os políticos “representantes do povo” estão lutando para resguardar as ideologias individuais e da família, enquanto o que estão fazendo de verdade é tornar o povo ignorante incapaz de perceber as armadilhas que estão preparando e governando apenas em benefício próprio e dos que fazem parte da mesma corja. Cabe então aos brasileiros que ainda contam com uma educação voltada a criticidade repudiar e negar essas imposições criando se necessário a revolução citada por Marx e Engels.

No Brasil vivemos momentos de investigações, deleções e toda elite política do país está aos poucos sendo apontada como parte de esquemas de desvio de dinheiro, de pedaladas fiscais, de recebimento de propina, etc. O país vive um caos político que reflete também na economia. Nossos representantes são agora desmascarados e anos de vida política suja vêm à tona. O que mais preocupa,

falando em alienação, é que o povo, apegados no seu fanatismo e partidarismo político não consegue enxergar que seus representantes são criminosos e daí então mudarem de opinião de representante ou de partido. Analisando o contexto de todo o caos que vive o país não é possível entender claramente se o problema está mesmo somente nos políticos. Talvez o partido a que discutimos seja mesmo a escolha do povo que já é alienado.

2 A IDEOLOGIA DO PROGRAMA

Devemos levar em consideração que essa aparente preocupação com a família aparece em um contexto de discussões sobre as ideologias de gêneros onde se discute o gênero (feminino ou masculino, de acordo com sua genitália) do indivíduo que tem aderido aceitação de grande parte da sociedade. Onde se defende a liberdade de escolhas entre os homossexuais. Assim, por outro lado, o "Escola sem Partido" assume um discurso conservador. Macedo (2017), diz que se trata de um movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular.

Manhas (2016) defende que a pauta que precisamos debater é a da qualidade da educação, e não falácias ideológicas sobre a “não ideologização da escola”, algo que se vê até mesmo em alguns diálogos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela ainda acrescenta que o programa se trata de uma falsa dicotomia, pois não diz respeito a não partidarização das escolas, mas sim à retirada do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola, esse espaço de partilhas e aprendizados ainda tão fechado, que precisa de abertura e diálogo.

Trata-se de uma elaboração que contraria o princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assim como o da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, considerando como válidos determinados conteúdos que servem à manutenção do *status quo* e como doutrinários aqueles que representam uma visão crítica, segundo Dutra e Moreno (2016).

A ideia central do projeto é de que seria possível e desejável uma desvinculação entre os conhecimentos científicos e os posicionamentos ideológicos, políticos e culturais. O que faz, porém, é delimitar, a partir de um único ponto de vista, o que é considerado ideológico e o que é válido como conhecimento científico, ignorando que todo conhecimento é fruto de uma elaboração que atende às perspectivas sócio-histórico-político-culturais. Todo conhecimento, portanto, é ideológico! (DUTRA; MORENO, 2016, p. 5)

As visões ideológicas acima apresentadas caracterizam o entendimento de que esse programa que defende o direito de cada família manter sua cultura e ideologia sem sofrer interferência da escola ou do professor, pode significar reforço de censura ou liberdade de expressão, situando como um retrocesso histórico quando deveria construir projetos públicos que focassem na igualdade e liberdade sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

3 PARA ONDE SE CAMINHA?

Compreendemos mais sobre os caminhos percorridos por esse Projeto de Lei. E sua intencionalidade de defesa do indivíduo (vulnerável), presente sob influência maléfica do professor em expor suas ideologias no exercício da função. Pregando uma neutralidade que é impossível, dentro no processo de ensino/aprendizagem. É uma relação de troca de experiências e saberes vividos em sala de aula. Ao mesmo tempo em que o docente exerce influência sobre o discente, o contrário também acontece. É bom lembrar também que é incoerente defender a não ideologia uma vez que os próprios idealizadores do projeto ao defenderem tal postura estão criando uma ideologia.

Dutra e Moreno (2016) asseguram dizer que o Projeto “Escola Sem Partido” impõe uma condição de tutela aos estudantes, descritos como seres “vulneráveis” no processo educacional, e que elimina a liberdade de ensino e aprendizagem, privando os estudantes da construção de consciência crítica, como se fossem incapazes de construir suas próprias sínteses, reflexões, posições e precisassem estar sob tutela de “leis de mordaza”.

Como vemos, esse programa segue uma tendência intimidadora de formação do indivíduo crítico, tanto dentro da sala de aula, como aluno, quanto na sociedade, como cidadão esclarecido capaz de compreender as políticas manipuladoras.

As implicações do “Escola Sem Partido” são nefastas para a formação humana, pois estão alicerçadas em ideias neoliberais e neoconservadoras de sociedade e de educação, que recorrem a uma concepção equivocada de educação, uma vez que cerceiam a possibilidade de emancipação e de diálogo e, principalmente, operam na negação da educação e da escolaridade pensadas para uma sociedade plural de acordo com Freitas e Baldan (2017). O que reforça a necessidade das diferenças e do respeito a essas diferenças e diferentes opiniões para uma saudável convivência em sociedade.

Marx e Engels (1998) constroem a ideia de que a ideologia é uma falsa consciência da realidade, onde aquele que tem o poder de dominação (o burguês) depende dessa visão para continuar exercendo seu poder sobre a classe dominada. Tudo isso faz parte de um sistema neoliberal, de interesses políticos ao qual estamos sendo submetidos desde o governo Fernando Henrique Cardoso, que delimitam o acesso do estudante ao conhecimento ou esclarecimento, pois o que se precisa mundialmente do nosso país é de mão-de-obra.

O complemento ao cerceamento da liberdade de aprender e ensinar fica por conta do Projeto de Lei de autoria do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que pretende alterar o Código Penal, para inclusão de detenção de três meses a um ano para professor, coordenador, educador, orientador educacional ou psicólogo escolar que praticar o dito “assédio ideológico”.

Como é visto, o papel do professor passa a ganhar uma visão marginalizada. Ele não é mais aquele que contribui com o engrandecimento, com o aprendizado (etc.) do seu aluno. Agora o docente é aquele que pode influenciar negativamente o interlocutor e ferir seus direitos e de sua família. É evidente a inversão de valores agregada ao Projeto de Lei em questão. Aquele que está em sala de aula,

desenvolvendo seu papel profissional de formar cidadãos críticos, esclarecidos, capazes de fazerem escolhas e opinarem e decidirem sobre diversos aspectos sociais se tornou o réu na história.

CONCLUSÃO

A sociedade está assistindo seus governantes tomarem decisões que afetam diretamente suas vidas, sem ao menos se darem conta ou prestarem atenção na intenção de cada medida. As pessoas estão acomodadas e não se manifestam contra as políticas que as prejudicam. Vivemos em uma República, escolhemos nossos representantes para que esses criem projeto e leis que nos berneiem. Portanto, não devemos aceitar que o contrário aconteça.

O Programa Escola sem Partido traz uma proposta conservadora absurda num contexto social em que se deseja igualdade, liberdade, tolerância, respeito, etc.. A sala de aula é um ambiente de liberdade de expressão e o docente ao se profissionalizar entende que seu papel é de esclarecer e direcionar o aluno na produção do seu próprio conhecimento. O aluno é seu próprio agente formador.

O professor juntamente com a escola tem papel fundamental na sociedade, desde a formação do ser humano, como na formação do cidadão e do profissional que atua em diversas áreas. Esse profissional tão importante vem sendo cada vez mais discriminado pelas políticas públicas. Seu trabalho vai contra o interesse dos políticos e isso incomoda. Está evidente que uma massa ignorante é mais fácil de dominar. Esse não é o interesse dos docentes, mas sim dos políticos que governam em benefício próprio e não da população.

A política Neoliberal que prega a mínima interferência do Estado na economia, além de desencadear um processo de privatização das estatais, também deu início a adequação da educação aos moldes das exigências dos países financiadores. Para esses, o Brasil não precisa formar intelectuais nas diversas áreas de atuação e conhecimento, precisa apenas formar mão-de-obra especializada. Isso não exige muito estudo, apenas o Ensino Médio junto com uma especialização do tipo técnico (ex: PRONATEC) é suficiente. Assim percebemos uma série de fatores caminhando nesse sentido. A Reforma do Ensino Médio que entrará em vigor em 2019, essa onda de cursos profissionalizantes além da redução e/ou maiores exigências de incentivos universitários.

Assim, vemos uma mentalidade limitada sendo implicitamente imposta à população, eternizando a função de dominados, como previa Marx e Engels (1998). Aqueles que estão sendo julgados por escândalos de corrupção continuam agindo sob a tutela de bons advogados e esquematizando projetos, programas e leis que os favorecem. O programa Escola sem Partido é só mais um dos truques maquiavélicos que tiram da população seus direitos, sua voz e sua condição de manifestar e reagir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLI, Antonio Inácio. **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo.** Revista Espaço Acadêmico-nº13, junho de 2002

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRECHT, Bertold. Analfabeto político. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2004/mes/01/brecht-analfabeto.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRUSCATTO, Manoela Z.. **Política Pão e Circo**. Disponível em: <<http://verdademundial.com.br/2015/03/politica-pao-e-circo/>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de and ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e proteção social**. *São Paulo Perspec.* [online]. 2003, vol.17, n.2, pp.109-122. ISSN 0102-8839. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000200012>>. Acessado em: 08 ago. 2017.

Dia histórico: projeto de lei que institui o Programa Escola sem Partido é apresentado na Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/539-dia-historico-projeto-de-lei-que-institui-o-programa-escola-sem-partido-e-apresentado-na-camara-dos-deputados>>. Acessado em: 08 abr. 2017.

DUTRA, Cláudia; MORENO, Camila. **Escola Sem Partido: estratégia golpista para calar a educação**. Carta Maior. São Paulo, 08 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao>>. Acesso em 28 mai. 2017.

FREITAS, Nivaldo Alexandre de e BALDAN, Merilin. **Dossiê Escola Sem Partido E Formação Humana**. Fênix, Revista de História e Estudos Culturais, 2017. Vol. 14, Ano XIV nº 1 ISSN: 1807-6971, Universidade Federal de Mato Grosso, Grupo de Pesquisa Formação Humana, Teorias Educacionais e Políticas Públicas -FORTEP- Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

HATTEM, Marcel Van. Marcel van Hattem enfrenta Leandro Karnal - Escola sem Partido. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gnUtMZ1si9E>>. Acessado em: 08 abr. 2017.

MACEDO, Elizabeth. **As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n.139, p. 507-524, 2017.

MANHAS, Cleo. **Nada mais ideológico do que uma escola sem partido**. Inesc, 2016.

DUTRA, Cláudia e MORENO, Camila. Escola Sem Partido: estratégia golpista para calar a educação — publicado 08/08/2016 17h18, última modificação 08/08/2016 17h48. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao>>. Acessado em 15 dez. 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender, tradução Luis Cláudio de Castro e Costa- São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORENO, Ana Carolina. **LEI NÃO RESOLVE A QUESTÃO.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/lei-nao-resolve-a-questao-diz-ministro-sobre-o-escola-sem-partido.ghtml>>. Acessado em 10 fev. 2017

PONDÉ, Luiz Felipe. **Escola sem Partido.** Publicado em 28 de jul de 2016. Vídeo. 3.38 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fflKcxlxAac>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SILVA, Elisabeth R.. **O desenvolvimento do senso crítico no exercício de identificação e escolha de argumentos.** Rev. Brasileira de Linguística Aplicada, Universidade de Taubaté, v.3, n .1, 57-184, 2003.

VICENTINO, Claudio e VICENTINO, José Bruno. **Projeto Mosaico.** 2016, 3ª edição, Ed. Scipione- São Paulo.

ZINET, Caio. **Especialistas desconstroem os 5 principais argumentos do Escola sem Partido.**- publicado dia 21/07/2016. Disponível em:<<http://educacaointegral.org.br/reportagens/especialistas-desconstroem-os-5-principais-argumentos-escola-sem-partido/>>. Acessado em 08 abr. 2017.

Enviado em: 25/01/2021.

Aceito em: 19/03/2021.

REEDUC
REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO